



A TEMÁTICA VELHICE NO CAMPO DA EDUCAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES A PARTIR DA ANÁLISE DE DISCURSOS EM PERIÓDICOS

THE THEME OF OLD AGE IN THE FIELD OF EDUCATION: SOME REFLECTIONS DEPARTING FROM THE ANALYSIS OF DISCOURSES IN ACADEMIC JOURNALS

Luciana Fernandes Paulino¹

Wânia Ribeiro Fernandes²

Ana Claudia Coelho de Oliveira³

Vera Helena Ferraz de Siqueira⁴

¹Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde/Programa de Pós-graduação Doutorado Educação em Ciências e Saúde, lufernandesp@yahoo.com.br

²Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde/Programa de Pós-graduação Doutorado Educação em Ciências e Saúde, waniafer@hotmail.com

³Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde/Programa de Pós-graduação Mestrado Educação em Ciências e Saúde, anaclauco@hotmail.com

⁴Universidade Federal do Rio de Janeiro/Núcleo de Tecnologia Educacional para a Saúde/Programa de Pós-graduação Educação em Ciências e Saúde, verahfs@yahoo.com.br

Resumo

Apresentamos uma análise das perspectivas assumidas em artigos publicados em periódicos das áreas da Educação e Educação em Ciências e Saúde, sobre a questão da velhice, indagando sobre o lugar da educação nesses artigos. Partimos do pressuposto de que esses discursos que circulam sobre a velhice influem nas práticas e políticas referentes à terceira idade. Encontramos que a maioria das produções situa-se no âmbito da saúde, orientada para a transmissão de informações, medidas preventivas, controle de taxas fisiológicas ou mudanças de comportamentos. Questões relativas à saúde em uma perspectiva interdisciplinar, e que contemple a saúde e o envelhecimento na multiplicidade de seus determinantes, não ganham relevo. Dados os desafios frente ao crescente número de idosos em nosso contexto, enfatizamos a importância de pesquisas com tal enfoque e de outras voltadas ao entendimento dos diversos cenários educativos aonde tal tema deveria ser contemplado, como o currículo escolar.

Palavras-chave: educação; saúde; produção acadêmico-científica; velhice.

Abstract

This paper has investigated how aging is approached in articles published in periodicals related to education and health education. Meanings are constructed by such discourses and have impact upon practices and policies. We have found that almost the totality of the studied articles contemplates questions in the health field, and that they emphasize information transmission, prevention measures, and behavioral change. The integration of health, aging and education in an interdisciplinary approach, contemplating the complexity and socio cultural aspects involved in such processes are ignored. Given the challenges given by the growing number of old people, it is very important that such approaches are considered, and that knowledge is also produced concerning the various education contexts where this theme should be considered, such as the school curriculum.

Key-words: education, health, scientific production, old age.

INTRODUÇÃO

Este trabalho se propõe a discutir as perspectivas assumidas em artigos publicados em periódicos concernentes às áreas da Educação em Ciências e Saúde, e da Educação em geral, sobre a velhice. Assim, visamos contribuir para uma reflexão sobre os entendimentos que estão circulando sobre a temática da velhice, bem como entender o lugar que a educação vem ocupando em tais trabalhos.

Tal investigação se justifica pela magnitude das questões e demandas sociais que a ascensão do envelhecimento populacional brasileiro, nos últimos 40 anos, tem trazido aos serviços governamentais que devem ser prestados a este grupo populacional, o que faz esta questão pertinente, também, ao campo educacional, em instâncias formais e não formais independente da faixa etária dos educandos.

Para tanto, buscamos compreender o modo como os discursos relativos à velhice, dentro do campo da educação, vem se constituindo nas produções acadêmico-científicas das áreas acima referidas. Em outras palavras, visamos identificar, quais conceitos de educação e de velhice vêm sendo contemplados e para quais sujeitos estes estudos se voltam.

Entenderemos, neste trabalho, discurso segundo a concepção de Fairclough (2003), ou seja, enquanto uma prática social intimamente ligada ao contexto sócio-histórico de determinada sociedade, relacionando-se, ainda, à idéia de produção, distribuição e consumo de sentidos. Para este autor, o discurso também é considerado prática política e ideológica, pois este estabelece, mantém e transforma relações de poder, e também de significados nestas instâncias de poder.

METODOLOGIA ADOTADA

Considerando o objetivo de investigar trabalhos científicos que abordaram questões referentes à velhice, no campo da Educação, estabelecemos como parâmetros de busca nove termos/expressões com o intuito de proporcionar amplitude de cobertura ao tema que movimenta a pesquisa. São eles: "idoso(s)"; "idosa(s)"; "velho(s)"; "velha(s)"; "velhice"; "envelhecimento"; "terceira idade"; "gerontologia"; "geriatria".

Os periódicos consultados foram selecionados segundo critérios de credibilidade junto à comunidade científica, qual seja, com qualificação A ou B para a área 46 (Ensino de Ciências e Matemática) do Qualis Capes, tendo em vista ser esta a área de inserção do programa ao qual pertencemos. Também foram consideradas as missões de cada periódico.

Desse modo, foram eleitas revistas das áreas da Educação em Ciências e Saúde, e da Educação, em geral. Entendendo a impossibilidade de esgotarmos o leque de opções que se abre a partir dos critérios acima estabelecidos, destacamos os periódicos utilizados: Cadernos de Saúde Pública; Interface – Comunicação, Saúde e Educação; Revista de Saúde Pública; Ciência & Educação; Educação e Pesquisa; Educação & Sociedade; Cadernos de Pesquisa; Revista Brasileira de Pesquisa em Educação em Ciências (RBPEC/ABRAPEC); Pesquisa em Educação em Ciências (Ensaio); *Enseñanza de las Ciencias*; *Revista Electrónica de Enseñanza de las Ciencias* (REEC); Revista Ciências e Saúde Coletiva (ABRASCO); Revista Brasileira de Educação (ANPED); Revista Educação e Sociedade, além das Atas do Encontro Nacional de Pesquisa em Ensino de Ciências (ENPEC) anteriores.

Os materiais selecionados foram consultados em ambiente virtual, parte deles através da base de dados *SciElo* cuja interface de busca favorece o ágil cruzamento de termos. Além dos periódicos consultados a partir da referida base, foram consideradas, também, as páginas eletrônicas de revistas não incluídas na *SciElo*, quais sejam: RBPEC/ABRAPEC; Ensaio; *Enseñanza de las Ciencias* e REEC, bem como complementações de busca nas páginas dos periódicos não contemplados inteiramente pela base *SciElo* em toda a extensão do corte temporal por nós arbitrado. São elas: Interface; Ciência & Educação; Cadernos de Pesquisa; ANPED. Quanto às Atas do ENPEC, os dados foram levantados através de mídia removível – CDS-ROM – base de registro dos trabalhos apresentados em cada evento.

Estabelecemos como parâmetro temporal, para o início da investigação, o ano de 1999, correspondente à implementação da Política Nacional de Saúde do Idoso (PNSI), importante medida no cenário das políticas públicas relativas à área do envelhecimento, tendo sido cobertos todos os números dos periódicos selecionados até abril de 2009.

Para cruzar com os nove termos/expressões acima citados, utilizamos o termo "educação", a fim de captarmos a totalidade de trabalhos referentes à educação, desde que abordasse questões sobre velhice. Com esse procedimento, conseguimos rastrear um número modesto de artigos, considerando o volume de produção desta área. Além disso, cabe ressaltar que tais achados não se deram de forma homogênea para todos os periódicos consultados, uma vez que das quinze fontes, apenas seis continham artigos pertinentes à proposta deste trabalho.

Tomando o cruzamento dos termos relativos à área do envelhecimento com o termo "educação", encontramos:

- ENPEC: 02 trabalhos.
- REVISTA DE SAÚDE PÚBLICA: 07 artigos
- CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA: 06 artigos
- INTERFACE: 02 artigos
- CIÊNCIA & EDUCAÇÃO: 01 artigo
- ABRASCO: 01 artigo

DISCURSOS SOBRE TEMAS RELATIVOS À VELHICE EM PRODUÇÕES ACADÊMICO-CIENTÍFICAS NO CAMPO DA EDUCAÇÃO

A Organização Pan Americana de Saúde (OPAS) entende o envelhecimento como um processo, próprio de uma espécie, que ocorre num espaço-tempo de forma sequencial, individual, acumulativa, irreversível, não patológica, caracterizada pela deterioração de um organismo maduro, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte.

Muitos trabalhos encontrados em nosso levantamento fazem eco a esta visão, ao nosso ver, ainda muito focada apenas no aspecto biológico do sujeito. Tomando por base a leitura dos resumos dos trabalhos levantados, foi possível identificar que, dos 19 trabalhos

encontrados, apenas quatro (incluindo os dois encontrados nas atas do ENPEC) não se referiam especificamente a questões relacionadas à área da saúde. Interessante notar que esses quatro trabalhos encontravam-se inseridos no campo da linguagem, educação ambiental ou educação em ciências.

Entendemos que a ênfase na área da saúde pode se dever ao fato da maior parte das produções encontradas sobre esta faixa etária estar publicada em periódicos de Saúde Pública, conforme apontado acima, o que sugere que questões relativas à velhice sejam vistas como algo essencialmente pertencente a este campo. Desse modo, percebemos que falar sobre educação na velhice implica, prioritariamente, como viés, o campo específico da educação em saúde. Ou seja, parece-nos que as questões relativas à velhice têm despertado interesse quase que exclusivo dos profissionais do campo da saúde, haja vista a formação da grande maioria dos autores dos trabalhos encontrados: médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, fonoaudiólogos, dentistas, ou ainda professores de educação física, dentre outras áreas afins.

Verifica-se, ainda no campo da ciência, uma inclinação para identificar o "grau de envelhecimento" de uma pessoa dando-se mais relevo ao que passa pelo critério da "degeneração" orgânica do que a idade cronológica. Segundo Canguilhem (2009), a sociedade ocidental confunde saúde com juventude, favorecendo a inferência de que a doença possa estar associada à velhice ou confundida com esta. Tal relação parece direcionar tanto as ações quanto as pesquisas no campo da educação e promoção de saúde voltadas para a velhice ao se direcionarem, cada vez mais, às causas e determinantes das doenças no envelhecimento.

Essa perspectiva pôde ser percebida em alguns trabalhos, principalmente nos que se debruçaram mais enfaticamente sobre a *medição e controle* de taxas, *identificação de fatores de risco* ou sobre os de caráter mais *preventivo*. Nos trabalhos levantados que abordavam a temática saúde, identificamos o estabelecimento de determinadas concepções de saúde. Pudemos perceber que boa parte dos trabalhos está calcada numa concepção higienista, cujo pressuposto é de que a saúde pode ser controlada e mensurada a partir da identificação de seus determinantes e a Educação em Saúde teria como função transmitir as normas de conduta médico-sanitárias, que os indivíduos deveriam adotar a fim de garantir uma vida saudável. Tais trabalhos enfatizavam a identificação de fatores de risco e intervenção para mudança de hábitos; muitos deles utilizavam instrumentos de medição, fórmulas ou cálculos de percentuais e *scores*, apontando para abordagens de cunho quantitativo, em geral para calcular *índices de saúde*, ou, em menor número, para validar algum instrumento de avaliação, a partir da medição de alguma taxa ou rendimento físico e, em alguns casos, mental.

Sant'Anna (2000) ao discorrer sobre os Grupos de Terceira Idade na atualidade, aponta que muitos deles trazem como princípio básico, defender a idéia de que a ocupação do tempo é a melhor forma de impedir o aparecimento de novas doenças geriátricas ou o agravamento daquelas já existentes. Este princípio rege a organização de eventos para a pessoa idosa, como cursos de atualização de conhecimentos, festas, grupos de ginástica, etc. De certa forma, podemos dizer que tais encontros ajudam na desconstrução de alguns estereótipos depreciativos em relação aos idosos(as) associados a incapacidades como: demenciado, decadente, incapaz, rígido, mal-humorado, desmemoriado, assexuado.

Nesse sentido, encontramos trabalhos, que abordaram a saúde como decorrente apenas de um "estilo de vida", responsabilizando o sujeito e suas escolhas pessoais pelo quanto ele se mantém saudável ou não, eliminando, ou minimizando, do processo de análise os determinantes sócio-econômicos, políticos e ambientais. Neste pressuposto prevaleceram os trabalhos tratando de temas como prevenção e intervenção para mudança de hábitos. Os conteúdos abordavam, predominantemente, doenças crônicas não transmissíveis, tais como hipertensão arterial, diabetes e doença cardíaca ou pulmonar. Além desses, também se destacaram, problemas relacionados à (in)capacidade funcional e as atividades instrumentais da vida diária (AIVD); integridade física (quedas); saúde mental (estresse, depressão,

demência) e saúde bucal (perda de dentes). No que se refere à mudança de hábitos, muitas visam manter "sob controle" os fatores de risco, relativos à alimentação, sedentarismo, higiene, (auto)exame ou adesão a algum tratamento.

Percebe-se, assim, que o modo encontrado para falar da saúde do idoso, em muitos dos trabalhos publicados no campo da educação, parte de pressupostos calcados em idéias de incapacidade, insuficiência e fragilidade e em como detectá-las, medi-las, tratá-las, preveni-las, curá-las. Parece-nos, então, que falar de velhice, quase que necessariamente remete à doença. Esta perspectiva vai de encontro à própria definição de saúde preconizada pela Organização Mundial de Saúde -OMS, cujo conceito não se restringe ao campo biológico, mas abarca os múltiplos determinantes que compõem a vida do indivíduo, como o social, o econômico, o político e o cultural, assim como o desenvolvimento de capacidades e habilidades pessoais. As medidas de promoção de saúde não se encerram no setor sanitário, mas consideram outros determinantes fundamentais, como condições satisfatórias de trabalho, habitação, alimentação, educação, renda, justiça social, etc. (OMS, 1986)

O papel da educação, em grande parte da produção levantada, tomou feições de cunho informativo, entendendo-se a informação técnica como capaz de "prevenir" o acometimento de alguma enfermidade ou reduzir riscos de acidentes. Quando se fala em educação, verifica-se um movimento calcado na transmissão de informações e *prescrições de comportamentos*, o que muitas vezes recai na responsabilização do próprio sujeito por sua condição de saúde, desconsiderando, ou relegando a segundo plano, outros fatores, como os de ordem sócio-econômica e cultural.

Dos trabalhos desenvolvidos no campo da saúde, conforme já mencionado, foram poucos os que faziam menção a outras dimensões da vida do sujeito, dentre eles, os contextos social, cultural e/ou subjetivo. Assim, grande parte dessas produções debruçou-se apenas sobre o aspecto fisiológico da pessoa idosa, menosprezando, quando não olvidando, outros aspectos importantes que atravessam o ser humano.

Nos quatro trabalhos que não se voltaram ao campo da saúde, mas à educação ambiental, educação científica ou linguagem, dois dos quais apresentados no ENPEC, pôde-se perceber claramente uma perspectiva mais complexa, dada sua preocupação de contemplar outras dimensões, sobretudo a educacional e social. Com relação a esta última, ao falarem, por exemplo, da inserção e participação dos idosos na sociedade.

Um dos trabalhos apresentados no ENPEC, inclusive, lançou mão, da perspectiva Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS), ao considerar a ciência como prática social, relacionada ao favorecimento da qualidade de vida social, ao propor uma visão de ciência não positivista e, sim, mais humanista, vendo a ciência enquanto partícipe também do campo da cultura, reconhecendo o caráter complexo e interdisciplinar da educação. A vertente da CTS, representada por estudiosos da educação como Goodson (2007) e Hodson (2003), compartilha dos ideais de aproximação entre a Educação em Ciências e Saúde e a Cidadania.

Os artigos, em sua maioria, relatavam estudos empíricos e tiveram a pessoa idosa como sujeito de pesquisa. Em número menor foi realizada a análise documental, com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), além de outros buscados em *sites* ou documentos oficiais referentes ao tema. Um número bem reduzido de trabalhos teve como sujeito grupos sociais diversos, como trabalhadores (operários e agentes comunitários) e membros da instituição escolar (professores, alunos e servidores). Esta observação remete a uma questão importante, que merece nossa atenção: questões sobre velhice e envelhecimento dizem respeito apenas aos velhos ou, no máximo, àqueles vinculados a estes, pessoal ou profissionalmente? A partir do momento em que a velhice passa a ser reconhecida como questão social (GROISMAN, 1999), e mesmo como questão de Saúde Pública (MINAYO, 1995), acreditamos ser mais pertinente uma perspectiva mais complexa, que abranja uma dimensão mais plural e inclusiva.

Cabe, então, observar que não há uma resposta única e pronta às questões referentes à terceira idade, pois o próprio fenômeno da velhice mostra-se extremamente complexo, com múltiplos significados e construções. Trata-se de uma experiência vivenciada de forma não homogênea, permeada por fatores subjetivos e também sociais, históricos e culturais. O próprio conhecimento científico, também atravessado por esses fatores, desempenha um papel fundamental na atribuição de significados a essa questão, à medida que justifica, explica e legitima determinadas práticas e atitudes em relação à velhice (NERI, 1991; COUTO & COUTINHO, 2003-2004).

Outra observação interessante é o caráter recente da produção sobre esta temática no campo da educação. A grande maioria dos trabalhos foi publicada a partir de 2004. Muito poucas foram as produções anteriores ao nosso marco temporal de pesquisa, como dissemos, o ano de 1999. Ao lembrarmos da aprovação do Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741, de 1º de outubro de 2003 – tendemos a crer que tal medida possa ter favorecido um aumento na produção de conhecimento sobre este tema, embora ainda de forma tímida, e como vemos, em muitos casos, unilateral.

A partir do levantamento realizado, considera-se pertinente discutir algumas questões relativas à Educação, e também à Educação em Saúde em particular, dada sua grande incidência neste levantamento, embora se tenha usado como parâmetro de busca o campo maior da Educação.

QUESTÕES DE EDUCAÇÃO EM SAÚDE: DESLOCAMENTOS CONTEMPORÂNEOS

A Educação em Saúde no Brasil, mais especificamente como uma política populacional, é recente e tem suas primeiras ações na chamada fase higienista que vai de 1903 até 1920, caracterizando-se por ações impositivas, quando o uso da força policial era comum. Esta se apresentou como um processo formador de condutas saudáveis com discursos e práticas calcados em modelos coercitivos. Esta perspectiva, hegemônica no século passado, caracterizava-se por ações verticais que preconizavam a adoção de novos comportamentos pela população, tais como ações corretas de higiene corporal, ambiental e alimentar, como parar de fumar e vacinar-se, dentre outros. Deste modo, o acesso à saúde é entendido como responsabilidade e esforço individual, partindo do princípio de que cabe às pessoas, informadas sobre os riscos de adoecimento, a responsabilidade de adotar um estilo de vida mais saudável. Desconsiderou-se, neste processo educativo, que se estaria lidando com crenças, valores e a própria subjetividade do sujeito, a exigir ações estruturadas sócio-culturalmente.

Dois aspectos devem ser ressaltados nesse contexto: o primeiro consiste no fato de que as ações "educativas" eram voltadas para o público feminino, historicamente responsável pelo cuidado da família, lembrando-se que a escolarização das mulheres era considerada, naquele momento histórico, desnecessária para o desempenho das tarefas domésticas. O segundo aspecto aponta para a inadequação, ou dicotomia, entre a cultura popular e a dos "doutores" da saúde, gerando um grande conflito entre a informação técnica e as convicções sócio-culturais de um dado grupo social.

De acordo com o *Scientific Group on Research in Health Education* (Grupo Científico sobre Pesquisa em Educação em Saúde), vinculado à OMS, os objetivos da educação em saúde são “desenvolver nas pessoas o senso de responsabilidade pela sua própria saúde e pela saúde da comunidade a qual pertençam e a capacidade de participar da vida comunitária de uma maneira construtiva” (CONFERÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE ON LINE, 2009). Segundo esta perspectiva, cabe à Educação em Saúde promover no sujeito tanto o senso de responsabilidade individual quanto o comunitário.

As primeiras idéias de Educação Popular, baseadas no pensamento de Paulo Freire, que afirma ser a Educação sempre um ato político e, portanto, não redutível à reprodução do *status quo*, começam a influenciar alguns trabalhos na área da saúde, calcados nas idéias de conscientização e libertação. Entretanto, o Golpe Militar de 1964 interrompe drasticamente ações pedagogicamente críticas e inovadoras. Somente com o final do regime militar, em 1985, podemos identificar algumas ações localizadas, desenvolvidas por grupos específicos, não refletindo, portanto, as políticas públicas institucionais adotadas no nível macrossocial.

Machado (1997) destaca que as aproximações entre os Ministérios da Educação e da Saúde caracterizam-se pela falta de organização e continuidade sendo, portanto, insuficientes para mudar o panorama epidemiológico do país, refletindo uma ausência de vontade política dos seus dirigentes. Verifica-se, ainda, que o campo da educação tem incorporado as questões de saúde através de uma vertente que responsabiliza os indivíduos por suas doenças, minimizando a responsabilidade do sistema político-social no processo de adoecimento do sujeito.

No âmbito dos livros didáticos de Ciências, a abordagem da saúde tem se dado de forma peculiar. Um estudo realizado por Freitas e Martins (2008, p. 224) aponta que há escassez de análises sobre o tema, que é abordado com maior ênfase nos fatos em detrimento das causas do "processo saúde/doença", valorizando-se a memorização de nomenclaturas técnicas, com informações equivocadas que não constituem realidades cotidianas dos alunos.

Importante destacar que todas essas abordagens continuam tratando o sujeito como o "alvo", o objeto a ser moldado e modificado. As discussões não se encaminham para reflexões sobre as desigualdades sociais, a falta de saneamento ou abastecimento de água potável, muito menos sobre a má distribuição de renda, geradora de pobreza e miséria como causas do adoecimento populacional. As ações tidas como de Educação em Saúde, preconizadas nos livros didáticos de Ciências ou pelas políticas públicas de saúde visam sempre uma ação específica "para" alguma coisa ou algum segmento. O foco está na "ponta", em alguém que supostamente não consegue agir adequadamente. Responsabiliza-se o sujeito pelos seus males e adoecimentos; incute-se nas pessoas a noção de que cabe somente a elas agir de forma a obter saúde, como se esta fosse algo passível de ser adquirido com "passos e ações programadas". Tal como bulas, as orientações são dadas: exercite-se assim, alimente-se de tal modo, durma tantas horas, controle suas emoções.

A EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO ENVELHECIMENTO

A questão da Educação em Saúde no envelhecimento no Brasil, como um campo, ainda sofre pela falta de iniciativa política no sentido de implementar atividades educativas metodologicamente planejadas.

O conhecimento técnico-científico na área, por parte das autoridades responsáveis pela consolidação de políticas de saúde, ainda é precário, prevalecendo ações fundamentadas em modelos biomédicos de intervenção (CANDEIAS, 1997). Alguns estudiosos, como Cachioni & Neri (2004), reforçam a problemática da falta de formação especializada e atualização de muitos profissionais que lidam com este grupo etário, o que se reflete na qualidade do atendimento dispensado ao idoso, nem sempre satisfatória, denunciando a urgência em se investir também na educação dos próprios educadores e dos técnicos do campo gerontológico.

Especificada, na atualidade, como um campo que objetiva desenvolver nas pessoas um sentido de responsabilidade com a saúde, tanto como indivíduos como membros de uma família e de uma comunidade, a Educação em Saúde, neste enfoque, relega a segundo plano a discussão metodológica, desde que seu objetivo primeiro seja alcançado, qual seja, desenvolver a noção de responsabilidade de saúde nos sujeitos. Contudo, para que se consiga desenvolver tais "noções de responsabilidade" é necessário que os sujeitos, agentes e

pacientes deste processo, saibam, conheçam, identifiquem e tenham informações que lhes permitam pensar soluções práticas, cabíveis para sua realidade¹. Para tanto, faz-se fundamental que a Educação assuma vigorosamente o compromisso de criar uma ambiência favorável à instauração de um pensar crítico-reflexivo pelos sujeitos que, apropriando-se verdadeiramente daquele instrumental, sejam capazes de perceber o impacto de suas ações na coletividade e do quanto as mesmas reverberam sobre si mesmos.

Assim, considerando a compreensão de sua realidade e da complexidade do processo saúde-doença, os sujeitos, investidos do senso de cidadania, se tornariam capazes de cobrar das autoridades competentes ações determinantes para este processo, como saneamento básico para as residências, construção de aterro sanitário, dentre outras. A questão da cidadania, na atualidade, está diretamente relacionada aos modos pelos quais estão se constituindo as várias identidades dos sujeitos. A questão da diferença adquiriu uma nova dimensão. Mais do que preconizar o direito à igualdade, o discurso da cidadania vincula-se à luta pelo reconhecimento das diferenças.

A Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação², ao orientar as novas diretrizes curriculares dos cursos de graduação da área da saúde recomenda que estas devem:

estimular o abandono das concepções antigas e herméticas das grades (prisões) curriculares, de atuarem, muitas vezes, como meros instrumentos de transmissão de conhecimento e informações, e garantir uma sólida formação básica, preparando o futuro graduado para enfrentar os desafios das rápidas transformações da sociedade, do mercado de trabalho e das condições de exercício profissional.

E define, ainda, como objetivo das diretrizes:

levar os alunos dos cursos de graduação em saúde a aprender a aprender que engloba aprender a ser, aprender a fazer, aprender a viver juntos e aprender a conhecer, garantindo a capacitação de profissionais com autonomia e discernimento para assegurar a integralidade da atenção e a qualidade e humanização do atendimento prestado aos indivíduos, famílias e comunidades.

Tais deliberações apontam para a necessidade de haver um processo educacional em saúde, com atividades sistematicamente planejadas, visando alcançar um efeito intencional sobre a saúde.

As práticas educacionais em saúde para a terceira idade não diferem muito das voltadas para as outras faixas etárias, conforme pudemos perceber em nosso estudo. Em geral, elas acontecem em "campanhas" onde, através de cartazes e palestras, algumas atitudes são preconizadas como saudáveis. Durante tais "campanhas", a população é conclamada a caminhar, alimentar-se de forma "balanceada", vacinar-se, fazer atividade física, enfim, responsabiliza-se pelo quanto de saúde ele(a) obterá, ficando o sistema político com a função apenas de deflagrar tais "movimentos". Assim, "educar em saúde" passa a significar dar informação, alertar para algumas questões, preconizar modos de viver.

A EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A CIDADANIA

Uma questão primordial para o educador é refletir a respeito do sentido da prática educativa e como esta contribui com processos de transformação das relações educativas e sociais. Contudo, se na década de 70 a educação escolar no Brasil era permeada pela reprodução de conteúdos, embasados principalmente nos livros didáticos, e a cidadania era pensada como

¹ Disponível em: <<http://www.bireme.br>>. Acesso em: 28 jul. 2007.

² CNE/CES – Parecer n. 1.133/2001, aprovado em 07/08/2001.

algo outorgado ao sujeito, nos dias atuais, os professores deparam-se com uma realidade que lhes exige "tomada de posição" na seleção do conteúdo e metodologia de ensino. Desse modo, entrevê-se a importância da formação educacional do professor, uma vez que a mesma terá influência preponderante na maneira como o trabalho com os temas transversais será desenvolvido, o que aponta para a relevância do desenvolvimento de estudos voltados para a formação profissional.

No âmbito dos temas transversais, a cidadania faz emergir discussões relativas ao próprio entendimento do termo. Para Torres (2001) existem dois aspectos importantes a serem considerados. O primeiro seria o entendimento deste conceito como identidade legal, ou seja, direitos e deveres que "os membros legais de um estado-nação possuem" e a sua regulação pelas relações de mercado/competitividade, ou seja, o cidadão entendido apenas como o consumidor, não deixando espaço para os que não se enquadram neste perfil. Uma reflexão que se apresenta é a exclusão de determinados indivíduos do acesso a seus direitos (podendo ser incluídos aí a pessoa idosa, negra, índia e deficiente), apesar de nominalmente serem considerados cidadãos, sendo obrigados a cumprir suas responsabilidades relativas a tal posição. O mesmo se dá com relação à democracia, cujos principais entraves são a desigualdade social e o desconhecimento da diferença, de modo que, segundo este autor, a democracia radical deve ser marcada pela redistribuição econômica e o reconhecimento da diferença.

Machado (1997), tanto quanto Torres, defende uma concepção de cidadania que ultrapassa o estatuto dos direitos formalmente garantidos, ressaltando a importância da implementação de projetos coletivos no campo educacional. Já Covre (1991) ressalta que "é preciso criar espaços para reivindicar os direitos, mas é preciso também estender o conhecimento a todos, para que saibam da possibilidade de reivindicar" (p. 66). Esta visão se ajusta perfeitamente ao entendimento dos espaços educacionais como propiciadores do debate a respeito da cidadania planetária (direitos sociais e ambientais, sustentabilidade do futuro, igualdade e liberdade) acrescidos do direito à diferença, conforme afirma Scherer-Warren (1999).

Paulo Freire (2003)³ afirma que as reflexões sobre educação e democracia envolvem a questão do poder, da economia, da igualdade, da justiça e da ética, não sendo, portanto, possível atuar em favor da igualdade, do respeito aos demais, do direito à voz, à participação, à reinvenção do mundo, num regime que negue a liberdade de trabalhar, de comer, de falar, de criticar, de ler, de discordar, de ir e vir, enfim, a liberdade de ser. Para este educador⁴, há uma contradição, uma incoerência entre o discurso democrático registrado no papel e a prática racista, sexista, classista e, poderíamos incluir, a prática etarista que passou a classificar e valorar socialmente o indivíduo a partir da faixa etária que se insere. É contra muitas dessas contradições e dilemas que se luta na defesa da inclusão social dos grupos considerados minoritários ou discriminados como idosos, negros e deficientes, inclusive no que tange a possibilidade de acesso à educação.

Torres (2001), com base no trabalho de Freire (1991), ao ressaltar o caráter político da educação, nos convida a entender as relações entre a educação e o treinamento para a cidadania, e a realçar os fundamentos históricos, normativos e ontológicos da educação democrática e dos direitos e responsabilidades da cidadania.

Para Freire (1991), não há revolução educacional sem revolução política. A educação não é meramente um instrumento, mas, antes, um campo de batalhas ideológicas; relaciona-se

³ Cartas à Cristina. Reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2003; 14^a. Carta – Educação e Democracia.

⁴ Cartas à Cristina. Reflexões sobre minha vida e minha práxis. 2. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2003; 17^a. Carta – O sonho da libertação e a luta contra a dominação.

a uma cidadania politicizada, contribuindo, assim, para um mundo cada vez mais diversificado e multicultural, (re)estruturando a vida das escolas. Nas palavras de Freire (1991, p. 16):

não devemos chamar o povo à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, mas para participar coletivamente da construção de um saber, que vai além do saber de pura experiência feito, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história.

Freire (2003)⁵ observa, ainda, neste contexto educacional, a dificuldade das chamadas *minorias* perceberem-se e comportarem-se como *maioria* e enfatiza a importância da educação crítica, uma vez que esta busca reconhecer o papel da unicidade na diversidade, na luta contra a discriminação, por uma democracia menos injusta, mais eticamente alicerçada.

Ampliando um pouco mais a discussão, adentrando o campo do Currículo, para Moreira (2003), os trabalhos referenciados pelos estudos culturais podem enriquecer o debate em torno do *direito à diferença* e de suas implicações para a construção de um currículo no qual vozes dos grupos oprimidos se representem e se confrontem, ou seja, de um currículo informado por uma perspectiva multicultural e, poderíamos incluir também, intergeracional. Tais perspectivas sugerem a criação de ambientes educativos nos quais se torne possível tanto identificar as relações de poder entre diferentes culturas e grupos etários como sensibilizar para o engajamento na luta por transformá-las.

CONCLUSÕES

Nossa análise nos permitiu identificar que a concepção de educação no envelhecimento, nos artigos estudados, é fortemente vinculada à educação em saúde, e esta, por sua vez, em muitos casos ainda parte de um pressuposto reducionista da educação, entendida apenas como instrumento de informação técnica e fragmentada de saúde, analisada apenas a partir de condicionantes específicos e não integrados. Questões consideradas importantes para a educação em saúde, como aspectos culturais e a perspectiva subjetiva da pessoa idosa, foram pouco consideradas nestes estudos. Importante, também, destacar que as temáticas de saúde preferencialmente abordadas limitaram-se, com frequência, a avaliar, medir e estatisticamente quantificar os dados obtidos.

Considerando o cenário nacional, cujos aspectos demográficos apontam para um aumento significativo da população idosa, e a importância de garantir a inclusão deste segmento populacional em todas as esferas sociais, destacamos a relevância da inclusão e ampliação do debate de temas referentes às diversas questões que atravessam o campo velhice, como também o que se refere à intergeracionalidade, ou seja, à convivência das diferentes gerações, tanto nos estudos relativos à educação, em todos os âmbitos, como no próprio ambiente escolar.

Na medida em que o envelhecimento deve ser compreendido também como experiência que implica o outro, entendemos a importância de levar em conta a questão do envelhecimento em seus múltiplos aspectos nos currículos do ensino fundamental/médio, dada a tarefa explícita dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de atuar na transformação das relações sociais, através dos temas apontados como transversais, no ensino fundamental, e interdisciplinar, no ensino médio, visando à promoção de uma educação comprometida com a cidadania. Cabe observar que a introdução dos "temas transversais" tem suscitado mudanças educacionais, reorientando a atuação de docentes em cada estado e

⁵ 17ª. Carta - O sonho da libertação e a luta contra a dominação.

município brasileiro, desafiando professores e escolas na construção de um processo educativo que ultrapasse os limites da dimensão transmissora de conteúdos, presente durante décadas no Brasil.

Conclui-se, por fim, em concordância com Couto & Coutinho (2003-2004), que se faz imperioso pensar novas formas de se entender a velhice, enfatizar a participação coletiva e valorizar a experiência singular e vital do envelhecer. O discurso científico pode e deve contribuir na reconstrução de seu dizer, buscando a inversão dos significados hegemônicos sobre o envelhecimento e, em parceria com os próprios idosos, contribuir para a elaboração de um dizer que inaugure uma nova história da velhice em nossa sociedade. Essa parceria é fundamental para se resgatar o lugar social da velhice e reconhecer simbolicamente o envelhecer, estendendo-se o reconhecimento da pessoa idosa como sujeito psíquico existente e como agente social.

REFERÊNCIAS

BRASIL. MEC. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental. Temas Transversais. Brasília, DF, 1998.

BRASIL. Conferência Nacional de Saúde On-Line. **Educação em saúde**: histórico, conceitos e propostas. Ministério da Saúde. Diretoria de Programas de Educação em Saúde. Disponível em: <<http://www.datasus.gov.br/cns/temas/educacaosaude/educacaosaude.htm>> Acesso em: 20 mar. 2009

BRASIL. **Política Nacional de Saúde do Idoso** - Portaria 1395/GM. Define as diretrizes que norteiam as ações no setor saúde indicando as responsabilidades institucionais. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/3idade/portaria1395gm.html>> Acesso em: 20 mar. 2009.

BRASIL. **Estatuto do Idoso**. Lei Nº 10.741/093. Destinado a regular os direitos assegurados às pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos. Disponível em <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/2003/110.741.htm>> Acesso em: 30 abr. 2009.

CANDEIAS, N.M. Conceitos de educação e de promoção em saúde: mudanças individuais e organizacionais. **Rev. Saúde Pública**. v. 31, n. 2, p. 209-213, 1997.

CANGUILHEM, G. **O normal e o patológico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

COUTO, A.L.A.; COUTINHO, M.L.R. Reflexões acerca do discurso científico sobre o envelhecer. In: **Série Documenta/UFRJ**. Programa de Mestrado e Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – Eicos/Cátedra Unesco de Desenvolvimento Durável – Vol. IV, n. 14-15, 2003-2004.

COVRE, M.L.M. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FAIRCLOUGH, N. El análisis crítico del discurso como método para la investigación en ciencias sociales. In: WODAK, R.; MEYER, M. (eds). **Métodos de análisis crítico del discurso**. Barcelona: Gedisa, 2003.

FREIRE, P. **A Educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

FREIRE, P. **Cartas à Cristina**: reflexões sobre minha vida e minha práxis. Organização e notas – Ana Maria Araújo Freire. 2. ed. rev. São Paulo: UNESP, 2003. (série Paulo Freire)
FREITAS, E., MARTINS, I. Concepções de saúde no livro didático de ciências. **Revista Ensaio**, v. 10, n. 2, p. 221-239, dez. 2008.

GOODSON, I. Currículo, Narrativa e o Futuro Social. **Rev. Bras. Educ.** v.12, n. 35, Rio de Janeiro, p. 241-252, mai/ago, 2007.

GROISMAM, D. **A infância do asilo: a institucionalização da velhice no Rio de Janeiro na virada do século**. 1999. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Saúde) – Instituto de Medicina Social, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

HODSON, D. Time for action: science education for an alternative future. **International Journal of Science Education**, v. 25, n. 6, p. 645-670, 2003.

MACHADO, M.L.T. **Educação em saúde: concepções teóricas e práticas em um serviço público de saúde**. 1997. Dissertação (Mestrado) – UFSCar, São Carlos, 1997.

MINAYO, M.C. **Os muitos Brasis**: saúde e população na década de 80. São Paulo-Rio de Janeiro: HUCITEC, 1995.

MOREIRA, A.F.B. A crise da teoria curricular crítica. In: COSTA, A.V. (org) et al. **O currículo nos limiares do contemporâneo**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

NERI, A.L. **Envelhecer num país de jovens**: significados de velhos e velhice segundo brasileiros não-idosos. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1991.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Carta de Ottawa para a promoção da saúde**. Uma Conferência Internacional para a Promoção da Saúde com vista a uma nova Saúde Pública, Ottawa, Canadá. Lisboa: Direção Geral de Saúde, 1986.

SANT'ANNA, M.R. **O velho no espelho**: um cidadão que envelheceu. Santa Catarina: Editora da UFSC, 2000.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras**: ações coletivas na era da globalização. São Paulo: Hucitec, 1999.

TORRES, C.A. Em busca de uma teoria da cidadania multicultural democrática. In: **Democracia, educação e multiculturalismo**: dilemas da cidadania em um mundo globalizado. (trad. Carlos Almeida Pereira). Petrópolis: Vozes, 2001.

SITES CONSULTADOS PARA EFETUAR O LEVANTAMENTO DOS PERIÓDICOS

CADERNOS DE PESQUISA. Periódico da Fundação Carlos Chagas, interdisciplinar. Disponível em <<http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/index.html>>. Acesso em: mar./abr. 2009.

CIÊNCIA & EDUCAÇÃO. Revista de divulgação de resultados de pesquisas em Educação em Ciências, Matemática e áreas afins. Disponível em: <<http://www2.fc.unesp.br/cienciaeducacao/>>. Acesso em: mar./abr. 2009.

ENSAIO - PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS. Revista do Centro de Ensino de Ciências e Matemática (Cecimig) e do Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Disponível em: <<http://www.fae.ufmg.br/ensaio/>> Acesso em: mar./abr. 2009.

INTERFACE - COMUNICAÇÃO, SAÚDE, EDUCAÇÃO. Publicação interdisciplinar, com ênfase em pesquisas qualitativas. Disponível em: <<http://www.interface.org.br/>> Acesso em: mar./abr. 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO – ANPED. Dirigida a professores, pesquisadores e estudantes de graduação e pós-graduação das áreas das ciências sociais e humanas. Disponível em: <www.anped.org.br/rbe/rbe/rbe.htm> Acesso em: mar./abr. 2009.

REVISTA BRASILEIRA DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO EM CIÊNCIAS - RBPEC. Dedicada-se à divulgação e promoção da pesquisa em Educação em Ciências. Disponível em <<http://www.fae.ufmg.br/abrapec/revista/index.html>> Acesso em: mar./abr. 2009.

REVISTA ELECTRÓNICA DE ENSEÑANZA DE LAS CIÊNCIAS - REEC. Revista científica dedicada a investigação sobre o ensino e aprendizagem das ciências experimentais Disponível em <http://www.saum.uvigo.es/reec/index_english.htm> Acesso em: mar./abr. 2009.

REVISTA ENSEÑANZA DE LAS CIÊNCIAS. Revista científica dedicada ao campo de ensino das matemáticas e ciências experimentais. Disponível em: <<http://ensciencias.uab.es/>> Acesso em: mar./abr. 2009.

SCIENTIFIC ELECTRONIC LIBRARY ONLINE – SCIELO. Biblioteca eletrônica abrange coleção selecionada de periódicos científicos brasileiros. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?lng=pt>> Acesso em: mar./abr. 2009.